

Introdução

Capital social se tornou, como pode ser facilmente constatado, um dos principais temas de pesquisa nas Ciências Humanas, bem como um dos principais pontos em torno dos quais se discute e se recomenda a implementação de certas políticas públicas. Atualmente, o capital social está entre as principais variáveis dos mais diversos estudos, que vão desde maior envolvimento com a vida pública (Putnam, 2000) até o sucesso na busca de um novo emprego mais prestigioso (Lin, 1999), passando por estudos sobre desempenho governamental e democracia (Boix e Posner, 1998; Boschi, 1999; Putnam, 1993; Paxton, 2002), índices de criminalidade em comunidades de baixa renda (Dias Jr., 2001), alocação de capital estrangeiro (Knowles, 2002) e crescimento e desenvolvimento econômico (Helliwell, 1996; Woolcock, 1998), para citarmos apenas alguns exemplos.

Em consequência dessa multiplicidade de usos, proliferaram definições de capital social. Cada (re)definição realçou certos aspectos, na tentativa de se adequar ao objeto de estudo em questão. Com isso, acabamos por ter um conceito que, apesar de encampar certo significado que se repete, de algum modo, em suas diferentes definições, sempre traz elementos distintos, que variam de uma para a outra.

Desse modo, não temos uma definição única, clara, como se espera de um conceito. Em alguns momentos, o termo capital social aparece como *aspectos* estruturais que *facilitam*

o acesso a certos recursos (Coleman, 1988, 1990), ao passo que em outros aparece como os *próprios recursos* mesmos que se encontram *incrustados* em redes (Bourdieu, 1999; Lin, 2001a, 2001b); em outros, ainda, é tomado como sinônimo de engajamento cívico ou do que se tem correntemente chamado, a partir de Almond e Verba (1963), de “cultura cívica” (Putnam, 2002). O termo aparece ora como causa de certos fenômenos, ora como seu efeito. Por vezes, é apresentado como características do contexto em que certo indivíduo se insere; por outras, aparece como alguma propensão individual. Evidentemente, o fato de ser empregado de uma forma ou de outra altera substantivamente a natureza do argumento desenvolvido (Foley, Edwards e Diani, 2001; Jackman e Miller, 1998). Tratar o termo por uma “perspectiva multifacetada”, como nos propõe o título do volume editado por Dasgupta e Serageldin (1999), pouco colabora para a superação de tal dificuldade.

Neste artigo, pretendemos apresentar aquelas que aparecem como as formas mais frequentemente assumidas pelo conceito de capital social na literatura sociológica corrente, através da exploração do argumento de trabalhos bastante debatidos e expressivos a seu modo. Para tal empreendimento, nos centraremos nas definições e abordagens de Pierre Bourdieu, James Coleman e Nan Lin, bem como nas considerações e críticas feitas por alguns comentaristas. Uma rápida passagem é dedicada à obra de Putnam, uma das principais responsáveis pela dimensão tomada pelo conceito, sobretudo

na Ciência Política e na análise e implementação de políticas públicas. A despeito do impacto da contribuição de Putnam, nosso comentário a esse respeito será bastante breve. Sua obra tem sido objeto de um grande número de reflexões e debates no meio acadêmico. Para além de seus méritos, tamanha repercussão se deve, em boa medida, aos equívocos e imprecisões nela contidos. No que diz respeito propriamente à discussão sobre capital social, podemos afirmar que, a despeito de seu inegável papel na difusão e “popularização” do conceito, ela pouco contribuiu para uma análise mais profícua sobre o mesmo.¹ Procuraremos apontar quais são os principais componentes de capital social para cada perspectiva tratada, bem como os possíveis equívocos a que cada forma como o termo aparece na literatura pode nos levar.

Bourdieu e o Capital Social como Recurso Individual

O primeiro cientista social a propor um tratamento mais sistemático da idéia de capital social, tentando apresentá-lo como uma forma distinta de capital, foi Pierre Bourdieu no texto *Las formas de capital* (1999 [1983]). Assim como as demais formas de capital (cultural, econômico, simbólico etc.), o capital social é apontado como um recurso *individual*, passível de mobilização e utilização – efetiva ou potencial – pela pessoa que o detém. De acordo com esse autor, o capital social de um indivíduo estaria diretamente ligado ao montante de recursos reais ou potenciais disponíveis – e, portanto, passível de mobilização – a ele através de uma rede de relações sociais (ou seja, os recursos possuídos por aqueles que compõem tal rede), visando objetivos privados, sejam eles concretos ou abstratos.

O significado de “capital” na composição do termo tem, aqui, a mesma propriedade que geralmente lhe é atribuído quando nos re-

ferimos a formas de capital como o econômico.² Bourdieu (1999, p. 14) define capital social como

[...] o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações de conhecimento e reconhecimento mútuos mais ou menos institucionalizadas. Em outras palavras, ser membro de um grupo proporciona a cada um de seus membros todo o suporte de capital possuído coletivamente; uma “credencial” que os habilita para o crédito, nos vários sentidos da palavra. [...] Assim o volume de capital possuído por um determinado agente depende do tamanho da rede de conexões que pode mobilizar efetivamente e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por direito próprio por cada um daqueles a quem está conectado.

Ou seja, o capital social de um indivíduo é aquele montante de recursos que ele consegue mobilizar através de uma ampla rede de relações sociais em auxílio de suas intenções. O estoque de capital social de um indivíduo depende tanto do tamanho da rede de relações que ele consegue articular como dos recursos possuídos pelos membros de tal rede.

O pertencimento a uma rede de relacionamentos torna possível ao indivíduo o acesso – quando não real, ao menos potencial – ao agregado de recursos possuídos pelos integrantes dessa rede: “ser membro de um grupo proporciona a cada um de seus membros todo o suporte do capital coletivamente possuído” (*idem, ibidem*, p. 14). Assim, evidentemente, o volume de capital (das mais variadas formas) que o indivíduo conseguirá mobilizar dependerá do volume de capital possuído por cada um daqueles que compõem a rede mobilizada (p. 15).

Nessa concepção de capital social como recursos em uma rede de relacionamentos passíveis de mobilização, a idéia de confiança ocupa papel importante.³ É a confiança entre os mem-

bro do grupo de que se poderá contar com os recursos dos demais quando for preciso que gera a solidariedade necessária para a mobilização conjunta, seja através da utilização dos recursos alheios, seja através da disponibilização dos recursos próprios em favor de outro membro. Essa disponibilização se apóia numa projeção de retribuição futura, através do acesso aos recursos do favorecido quando necessário em outro momento do tempo.⁴ Tal expectativa de retribuição só faz sentido se houver confiança de que, quando for acionado no futuro, aquele que foi favorecido no presente também virá a colaborar.

Bourdieu trata ainda das formas de reprodução do capital social e pressupõe que ele se reproduz através de uma continuada relação de afirmação e reafirmação dos laços entre os indivíduos, ou seja, através de constantes relações de sociabilidade entre os membros do grupo, da troca de objetos e coisas que simbolizem o pertencimento ao grupo e o reconhecimento mútuo: “a reprodução do capital social pressupõe um incessante esforço de sociabilidade, uma série contínua de trocas na qual o reconhecimento é infinitamente afirmado e reafirmado” (Bourdieu, 1999, p. 17).⁵ A rede de relações não é dada, mas é produto de estratégias, individuais ou coletivas, conscientes ou não, de reprodução de relações sociais – relações que são “utilizáveis” no curto ou no longo prazo. Uma vez que se trata de recursos disponíveis via relações sociais, o reforço dessas relações aumenta tal disponibilidade.⁶

Essa concepção de capital social enquanto recursos disponíveis através de redes cujo acesso depende de investimento para sua manutenção corrobora com a idéia de Bourdieu de que as diferentes formas de capital são interdependentes, podendo certa forma de capital ser utilizada na obtenção de outra; tal fenômeno dá origem à idéia do autor de conversibilidade entre capitais.⁷ Esse processo de reprodução do capital social, através de um

constante investimento em relações, implica gasto de tempo e energia – logo, de capital econômico acumulado que permita não estar desempenhando uma tarefa produtiva, para destinar esse tempo no cultivo das relações sociais. Esse é um dos fatores pelos quais, de acordo com Bourdieu, a acumulação e manutenção do capital social são proporcionais ao tamanho do capital econômico – o mesmo se aplicam do ao capital cultural. Temos, assim, em Bourdieu, que o capital econômico é a base para os demais capitais (social e cultural). Esses outros capitais seriam eficientes e produziriam seus efeitos apenas até o ponto em que consigam ocultar suas origens econômicas. Em última análise, o capital econômico está nas raízes dos efeitos dos demais capitais (Bourdieu, 1999, p. 20).

O autor afirma que a lógica de funcionamento e conversão do capital deve superar o economicismo e o semiologismo, geralmente tratados como opostos, ou seja, o entendimento de tal lógica deve apresentar uma tentativa de síntese dessas perspectivas. Entretanto, embora Bourdieu tente superar certa matriz materialista, sem que isso signifique adesão a uma abordagem puramente simbólica, parece-nos que ele não consegue se desvincular de certo materialismo, até certo ponto simplista, ao reduzir todas as demais formas de capital ao capital econômico, como podemos ver na seguinte passagem, sobretudo em seu final:

[...] assim, deve ser postulado, simultaneamente, que o capital econômico está na raiz de todos os outros tipos de capital e que essas formas de capital transformadas, disfarçadas, nunca inteiramente reduzíveis a esta definição, produzem seus mais específicos efeitos somente ao ponto em que ocultam (não somente de seus possuidores) o fato de que o capital econômico está em suas raízes, em outras palavras – mas somente em última análise –, na raiz de seus efeitos. A lógica real de funcionamento do capital, as conversões de um tipo a outro, e a lei de conservação

que os governa não podem ser entendidos a menos que duas visões opostas mas igualmente parciais sejam superadas: por um lado, o economicismo, que, sobre a base de que cada tipo de capital é reduzível em última análise ao capital econômico, ignora o que fazem as eficácias específicas dos outros tipos de capital; por outro lado, o semiologismo (hoje em dia representado pelo estruturalismo, o interacionismo simbólico ou a etnometodologia), que reduz os intercâmbios sociais a fenômenos de comunicação e ignora o fato brutal da redutibilidade universal à economia (Bourdieu, 1999, pp. 20-1).

A transformação de capital econômico em social pressupõe tempo gasto no cultivo de relações, aparentemente desinteressado, que transfigura sua importância “puramente monetária” (*idem, ibidem*, p. 21). Todavia, embora Bourdieu, mesmo que apenas em “última instância” reduza as diferentes formas de capital ao capital econômico, deve ser ressaltado que, como aponta Portes (1998, p. 4), cada forma de capital, inclusive o social, possui uma dinâmica própria e processos próprios para sua obtenção.

É interessante notar, a respeito da contribuição de Bourdieu, a proximidade entre a definição de capital social por ele apontada e o conceito presente na literatura norte-americana sobre redes sociais, denominado *social resources*.⁸ Tal literatura trata da mobilização individual de recursos sociais visando fins pessoais,⁹ uma vez que os elementos apontados como componentes do capital social são os mesmos dois elementos básicos do outro conceito a que nos referimos: (1) as relações sociais em si, que permitem acesso aos recursos alheios; e (2) a quantidade e a qualidade desses recursos. Ademais, uma eventual correspondência de significados entre “capital” e “recursos” nessas abordagens nos permite apontar ambos os termos, em boa medida, como equivalentes, sendo *social capital* um equivalente, dentro do quadro

teórico de Bourdieu, à idéia norte-americana de *social resources*. Mais adiante, quando tratarmos deste último, esperamos que tal semelhança seja mais bem demonstrada.

Coleman e o Capital Social como Aspecto Contextual

Embora Bourdieu tenha publicado alguns anos antes de Coleman seu trabalho sobre capital social, foi com este autor que o termo alcançou maior visibilidade. Curiosamente, Coleman sequer menciona o trabalho de Bourdieu no artigo de 1988 – “Social capital in the creation of human capital” –, no qual lança suas principais considerações sobre o conceito. Entretanto, Coleman aborda vários aspectos já apontados por Bourdieu como, por exemplo, as idéias de mobilização de uma rede de relações sociais, de reprodução continuada do capital social através de seu uso, de confiança e reciprocidade. Apesar dessas convergências importantes, estes autores divergem em dois pontos fundamentais: sobre o “local de alocação” do capital social e, principalmente, acerca do que é capital social.

No que diz respeito ao primeiro ponto, os dois autores divergem no que apontam como o *locus* onde se encontra o capital social. Como já foi dito, Bourdieu tem uma concepção de capital social semelhante às demais formas de capital, concebendo-o como o somatório de recursos possuídos pelos indivíduos. Diferentemente de Bourdieu, Coleman teoriza o capital social como um aspecto *inerente à estrutura* das relações entre as pessoas. Como o capital social não se concentra no indivíduo, não é mais ele quem possui o capital social. Esse recurso passa a ser uma característica da estrutura do grupo e, portanto, passível de ser utilizado por qualquer um de seus membros. Em suma, enquanto para Bourdieu trata-se de um recurso individual, para Coleman é um atributo do contexto em que o indivíduo se insere.

O capital social se apresenta, assim, como um tipo de recurso, um tipo de capital diferente do econômico ou humano. Ao contrário de caracterizá-lo como um bem apropriado individualmente, Coleman (1990, p. 315) refere-se ao capital social como um bem público inalienável – ao contrário dos demais capitais, que são de posse individual –, cujo valor repousa em seu uso, não se desgastando com ele.

No que diz respeito ao segundo ponto, esses autores divergem sobre o que, enfim, constitui – ou pode ser apontado como – o capital social. Bourdieu, conforme apresentado acima, define capital social como o montante de recursos potenciais ou reais ao qual um indivíduo tem acesso através de uma rede de relações. James Coleman já não define capital social dessa forma, como recursos possuídos por contatos ou pontos em uma rede. Segundo ele, o capital social não pode ser tido como um recurso possuído individualmente; consiste, sim, em uma variedade de aspectos inerentes à estrutura, com potencial para facilitar certas ações dos indivíduos.

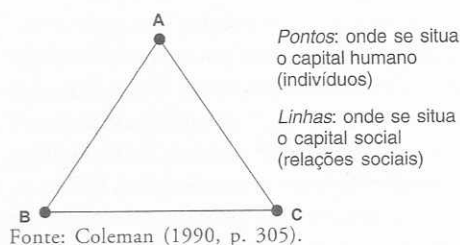
Ademais, para Coleman, o capital social pode assumir diferentes “formas”¹⁰ dentro da estrutura de relações sociais. Em alguns casos, pode se apresentar na forma de coesão grupal, em outros, normas, ou, ainda, obrigações, confiança etc. Desse modo, entendemos que, nessa perspectiva, o capital social não pode ser simplesmente identificado com uma ou outra característica da estrutura. A dimensão estrutural, ou dimensões estruturais, que constitui(em) o capital social pode(m) variar de um grupo para outro, devendo, portanto, ser definida pela *função* que desempenha em cada um. Conforme Coleman (1990, p. 302):

[...] [o] capital social é definido por sua função. Não é um ente simples, mas uma variedade de entes diferentes que têm duas características em comum: todos eles consistem em alguns aspectos da estrutura social, e facilitam certas ações de indivíduos que estão dentro de tal estrutura. [...] Diferentemen-

te de outras formas de capital, o capital social é inerente à estrutura de relações entre pessoas. Não se aloca em indivíduos nem em implementos físicos de produção.

E então ele enumera seis diferentes aspectos estruturais que podem atuar como facilitadores da ação individual, ou seja, Coleman aponta seis diferentes “formas” de o capital social se realizar: (1) obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; (2) canais de informação potenciais; (3) normas e sanções efetivas; (4) relações de autoridade; (5) organizações sociais apropriáveis; e (6) organização intencional. A idéia de capital social como aspecto estrutural pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1
Capital Social e Capital Humano:
Localização em um Modelo de Três Atores



Essa formulação de Coleman baseia-se nas teorias de redes, nas quais o comportamento do indivíduo está alicerçado na rede de relações sociais que ele estabelece e/ou mantém. Uma das formulações mais bem-sucedidas da idéia de redes é a noção de *embeddedness*, desenvolvida por Mark Granovetter (1985, p. 487), segundo a qual

[...] atores não se comportam ou decidem como átomos fora de um contexto social, nem aderem compulsoriamente a um *script* escrito para eles pela interseção particular de categorias sociais que eles ocupam. Suas tentativas de ações intencionais estão, de fato, inseridas em um sistema concreto e continuado de relações.

Dessa formulação, tendo em mente uma exploração do conceito de capital social, depreendemos que, da mesma forma como o comportamento e as ações de um indivíduo são condicionados pela sua inserção em uma rede de relações, também o sucesso de suas ações sofre influência dessa imersão, podendo beneficiar-se, em maior ou menor grau, de certas peculiaridades do contexto social em que se insere.

Coleman aponta que a interdependência entre indivíduos surge do fato de que atores têm interesses em coisas que estão totalmente ou em parte sob controle de outros. As relações sociais advêm das trocas e das transferências de controle desses recursos para se alcançar certos objetivos. Segundo ele, tais relações não são apenas componentes da estrutura social, são também recursos para os indivíduos (Coleman, 1990, p. 300).

Entretanto, cabe ressaltar que, embora visto por Coleman como um potencial catalisador ou facilitador para realizar determinadas ações, certas “formas” de capital social, como normas e obrigações, podem tanto facilitar quanto constringer objetivos (*idem, ibidem*, p. 311). Assim, uma vez que o capital social pode tanto atuar de maneira positiva como negativa, é lícito apontar que esse recurso *não* é dotado de uma *positividade moral ou valorativa inerente*. Embora indique tal potencial moralmente ambíguo, Coleman não se aprofunda nessa discussão, à qual autores como Alejandro Portes dedicam especial atenção, como veremos adiante.

Nan Lin e a Perspectiva dos Social Resources

Nan Lin é autor de vasta obra dedicada ao estudo de como os indivíduos utilizam recursos sociais visando fins pessoais. Um dos principais objetos de estudo de Lin (como em Lin, Vaughn e Ensel, 1981) é como os indivíduos

utilizam redes e laços sociais para obter mobilidade ocupacional além da predita por sua posição na estrutura social.

Mais recentemente, esse autor tem se dedicado também ao estudo do capital social, buscando delimitar tanto teórica como empiricamente o conceito, bem como sua possibilidade de aplicação concreta em pesquisas. Sua proposta é ambiciosa, uma vez que compreende o conceito de capital social como uma ponte, como um *link* entre indivíduo e grupo, entre ação e estrutura (Lin, 2001a, 2001b).

Em sua concepção, o capital social possui três elementos que possibilitam tal interseção: (1) uma dimensão estrutural, composta pelos recursos incrustados na estrutura social; (2) oportunidade de utilização dos recursos, através da acessibilidade aos recursos sociais pelos *atores individuais*; e (3) mobilização dos recursos pelos indivíduos, determinados pela orientação da ação pretendida (*idem*, 2001b, p. 12).¹¹ Segundo ele, o capital social “é apreendido a partir de recursos entranhados em uma rede social”, sendo que qualquer tentativa teórica ou empírica que se desvie de tal proposta resultará em confusões na análise dos mecanismos causais de micro e macroprocessos (p. 3).

Nan Lin, assim como Pierre Bourdieu e James Coleman, diz que o capital social está ancorado em redes e relações sociais, devendo ser tratado no âmbito desses termos. Para Lin, o “capital social pode ser definido *como recursos entranhados em uma estrutura social que são acessados e/ou mobilizados em ações intencionais*” (2001b, p. 12; *grifo nosso*). Esta é sua primeira definição geral de capital social, posteriormente mais refinada por ele mesmo.

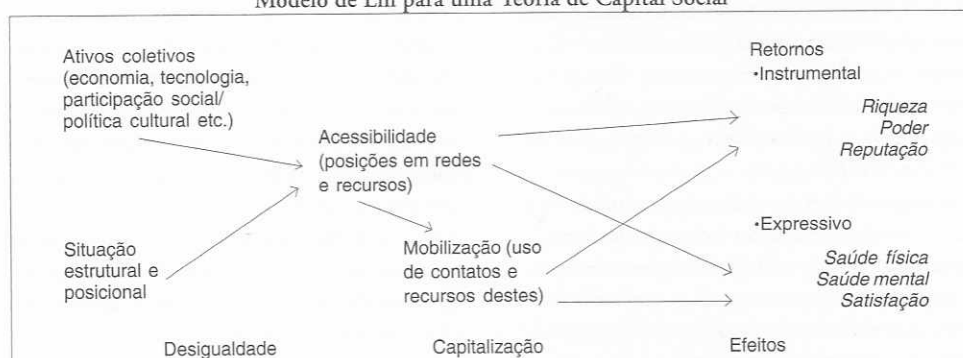
Partindo dessa definição – e que não é original, sendo muitíssimo próxima à apresentada anteriormente por Bourdieu –, Lin pretende apresentar formas para *mensuração* desses recursos incrustados na rede, de modo a tentar tratar, em termos quantitativos, qual o volume de capital social de um indivíduo. Para ele, há duas

formas de mensurar o capital social como recursos capturáveis na rede: (1) mensurar os recursos de outros indivíduos acessíveis via relações (estes, para Nan Lin, são os elementos centrais do capital social), e (2) localizar esses atores na rede, através de pontes ou acesso a pontes que facilitarão o retorno esperado da ação. Pode-se, também, considerar outros fatores, como coesão, densidade etc., mas os dois apresentados são os mais gerais e constantes (Lin, 2001a, p. 14).

Segundo Lin, para operacionalização desses elementos, podemos adequar a definição anterior de capital social para “investimento de indivíduos em relações sociais através do qual ganham acesso aos recursos entranhados para

aumentar os retornos esperados de ações instrumentais ou expressivas” (2001b, pp. 17-9). A partir dessa definição, mais refinada, três processos são identificados, sendo eles (1) investimentos em capital social, (2) acesso e mobilização do capital social, e (3) retornos do capital social; e, também, dois tipos de resultados buscados, que são *retorno para ações instrumentais* ou *retornos para ações expressivas*.¹² Os retornos de tais ações podem ser físicos (manutenção da integridade e da liberdade), mentais (proteção a pressões e preservação do equilíbrio emocional e cognitivo) e satisfação com a vida (otimismo e satisfação gerais) (Lin, 2001b, pp. 19-20) (ver Figura 2).

Figura 2
Modelo de Lin para uma Teoria de Capital Social



Fonte: Lin (2001a, p. 246; 2001b, p. 21).

O primeiro bloco representa pré-condições para o capital social: fatores da estrutura social e da posição do indivíduo na estrutura que facilitam ou constroem o investimento em capital social. A passagem do primeiro para o segundo bloco descreve a formação da desigualdade na posse ou acesso de capital social — há forças sociais que condicionam diferentes distribuições desse recurso, já que variações estruturais e de posição levam a assimetrias na acessibilidade a recursos e a melhores posições na rede. No segundo bloco, tem-se elementos de acesso e mobilização de capital social. Dada

a desigualdade na sua distribuição, como um indivíduo pode mobilizá-lo para certas ações? A resposta indicará que quanto maior o acesso a recursos da rede (devido a uma posição mais favorável em seu interior), mais recursos são ou podem ser mobilizados. Por que agentes com mesmo acesso a recursos os mobilizam de forma diferente? Uma possibilidade é sua posição privilegiada na rede: indivíduos mais próximos de pontes podem utilizar melhor o estoque de recursos, e o reconhecimento de que se está em lugar privilegiado também pode afetar. O *link* entre o segundo e o terceiro blocos mostra como

o capital social produz retornos e resultados (Lin, 2001b, pp. 20-2).

O trabalho de Nan Lin se apresenta como uma tentativa de avanço em alguns pontos em relação às propostas anteriores, devido à sua tentativa de maior refinamento no processo de constituição e mobilização do capital social, das formas de apreendê-lo empiricamente e da natureza dos resultados que podem ser facilitados através de sua utilização. Nele podemos notar um forte viés individualista, uma vez que trata o capital social como um recurso individualmente possuído/alocado (concepção que criticaremos mais adiante). Ademais, em sua obra, o capital social é tratado de modo bastante similar ao que o próprio Lin apresentou em trabalhos anteriores como *social resources*: “a riqueza, *status* e poder, bem como laços sociais, destas pessoas que estão direta ou indiretamente ligados aos indivíduos e que, portanto, abranja sua rede social, são considerados recursos potenciais para o indivíduo” (Lin, Vaughn e Ensel, 1981, p. 1.165).

Segundo Lin, os conceitos de capital social e *social resources* mantêm forte ligação. Tem-se tornado claro que o capital social se refere primariamente a recursos acessados em redes sociais. Para ele, a teoria do capital social tem também focado na utilidade instrumental de tais recursos, uma vez que

[...] a convergência das teorias dos recursos sociais e do capital social complementa e fortalece o desenvolvimento de uma teoria social focada na utilidade instrumental de acesso e mobilização de recursos entranhados em redes sociais. Ela localiza a significância de recursos de capital social em uma discussão teórica mais ampla do capital social e molda a definição e operacionalização do capital social como um conceito de pesquisa (Lin, 1999, p. 471).

A premissa por trás da concepção de Nan Lin de capital social parece simples: trata-se de

um investimento em relações sociais que aguarda retorno. Segundo o autor, indivíduos entram em interações e redes para produzir ganhos, o que caracteriza o capital social, mais uma vez, como um recurso instrumental (Lin, 2001b, p. 6). Esta afirmação de que se trata do investimento intencional em relações se contrapõe a certas considerações de Coleman e Bourdieu, que alegam que, mesmo relações não criadas para certos fins determinados, podem ser para eles utilizadas, embora se aproxime da proposta do autor francês no que diz respeito à necessidade de investimento em relações sociais para a obtenção de retornos futuros.

Putnam e a Discussão entre Capital Social e Cultura Cívica

Em boa medida, foi a partir do livro *Comunidade e democracia* (Putnam, 2002) que o conceito de capital social ganhou destaque e passou a ser o centro de um número cada vez maior de artigos, críticas, pesquisas, resenhas e teses no âmbito das Ciências Sociais. A despeito de todo o conteúdo e dos méritos dessa obra, não nos deteremos aqui na análise da pesquisa levada a cabo por Putnam, pois tal tarefa não caberia no escopo e nas intenções deste texto.¹³ Empreenderemos somente uma breve incursão no modo como Putnam utiliza o conceito de capital social.

Putnam (2002), em sua pesquisa de quase duas décadas sobre o processo de descentralização política na Itália,¹⁴ verifica que certas regiões deste país têm um desempenho institucional (muito) melhor do que outras, o qual é medido por diversos índices. Ao final do livro, Putnam se vê na necessidade de prover uma explicação para a diferença de desempenho nas diversas regiões italianas: as províncias do Norte possuem um desempenho marcadamente superior às províncias do Sul, ao passo que as províncias do Centro possuem um desempenho intermediário; ou seja, o desempenho institucional

dos governos regionais italianos aumenta quase linearmente à medida que se vai do Sul ao Norte do país. Como é possível que regiões dotadas da mesma estrutura político-administrativa tenham desempenhos tão díspares? A resposta de Putnam propõe que as províncias do Norte possuíam maior estoque de “capital social”, ao passo que as do Sul não teriam tal recurso disponível. Mas o que Putnam compreende por capital social?

Segundo Prates (2001), Putnam trata o capital social como o que é conhecido por “cultura cívica” desde o livro *The civic culture*, de Almond e Verba (1963): disposição dos indivíduos em participar de grupos, associações e ações coletivas que buscam objetivos socialmente positivos. A crítica de Prates (1997) feita a Putnam está na identificação que este autor faz entre os conceitos de capital social e de cultura cívica. Através dessa ligação entre capital social e certo civismo, Putnam empreende uma associação moral e uma valoração do capital social como algo inequivocamente benéfico para a sociedade como um todo. Putnam pretende partir da definição de James Coleman, de capital social como um recurso público. Entretanto, o autor se esquece de que o próprio Coleman afirma que *nem sempre* o uso de tal recurso resulta em benefícios, ao contrário da cultura cívica, que é um conceito com conteúdo social e moralmente positivo.¹⁵

A Neutralidade Moral do Conceito

Conforme vimos, Putnam associa o capital social a resultados benéficos decorrentes de sua existência e utilização, fazendo assim uma avaliação social e moralmente positiva desse recurso.

Putnam toma a definição de capital social de Coleman como suporte teórico à sua abordagem. Todavia, esses autores diferem no que respeita à neutralidade valorativa do conceito. Ao tratar o capital social como um aspecto estrutural de certas relações sociais e não como

valor ou norma, Coleman apresenta certa neutralidade moral do termo, encarando-o tal qual um recurso propiciado por determinado arranjo nas relações sociais. Por seu turno, Putnam equivale o conceito em debate a certa “cultura cívica”.

Coleman propõe tratar o capital social como recurso desprovido de qualquer julgamento ou aspecto moral, encarando-o tão-somente como um recurso facilitador de ações, independente do caráter ou finalidade das mesmas. Tal recurso pode tanto facilitar ações consideradas socialmente benéficas como ações indesejadas.

Granovetter também trata do caráter ambivalente do pertencimento a uma rede. Se, por um lado, ele afirma que “relações sociais, mais do que arranjos institucionais ou moralidade generalizada, são as principais responsáveis para a produção de confiança” (Granovetter, 1985, p. 491), também é fato que ele próprio sugere que tal confiança pode produzir um resultado não-positivo. Cabe ressaltar que, para ele, a existência de *embeddedness* constitui uma forma de se contornar o problema do “carona” em ações coletivas: “O argumento do *embeddedness*, pelo contrário, ressalta o papel de relações pessoais concretas e de estruturas (ou redes) de tais relações na geração de confiança e desencoraja comportamentos desviantes” (*idem, ibidem*, p. 490). Isso nos parece tornar claro a separação entre normas e valores (no caso, confiança) e a real inserção de um ator em uma rede.

Paxton também dissocia a existência de capital social de seus eventuais efeitos. Tal recurso pode se associar a efeitos positivos ou negativos: a ação realizada pode trazer efeitos positivos para certo grupo, mas tais efeitos podem ser tanto positivos como negativos para a sociedade – a natureza do resultado dependerá dos objetivos do grupo que mobiliza o recurso. Efeitos negativos do capital social podem, por exemplo, ocorrer em casos de grande coesão

intragrupos, mas baixa coesão intergrupos, gerando a potencialidade de conflitos entre facções, grupos religiosos, étnicos etc. (Paxton, 2002, p. 256).

Portes e outros autores também dissociam o capital social de seus efeitos, uma vez que, por suas potencialidades, muitas vezes acaba não prevendo as desvantagens trazidas por certos níveis de determinadas “formas” de capital social (Portes e Landolt, 1996). Um dos efeitos negativos do excesso de capital social apontados na literatura mostra que o peso das obrigações com o grupo pode constranger as ações individuais. Certa “hipercoesão” pode limitar de tal forma o comportamento individual que qualquer ação realizada ou direcionada para fora do grupo passa a ser percebida como uma ameaça ao mesmo e, portanto, passa a ser reprimida, podendo levar, em último caso, a um isolamento do grupo em relação aos demais. Tal comportamento grupal pode resultar, também, em discriminação e ostracismo dos membros não-conformistas do grupo (Portes e Sensenbrenner, 1993, pp. 1.338-44; Portes e Landolt, 1996; Karner, 2000, pp. 2.640-1).

Podemos resumir a discussão acima concluindo que, se o capital social pode atuar como recurso facilitador de ações, também pode operar em sentido contrário em três diferentes níveis: (1) *individual*, tolhendo a liberdade individual; (2) *grupal*, pois o excesso de coesão interna, em detrimento da manutenção de laços com outros grupos, pode levar ao isolamento; e (3) *social*, ao ser acionado para fins socialmente indesejados.

Natureza, Manutenção e Reprodução do Capital Social

No que respeita à reprodução e/ou manutenção do capital social, encontramos um ponto sobre o qual convergem tanto Bourdieu como Coleman, Lin e Putnam. É o que se refere à natureza própria do capital social como uma

forma de capital que, diferente do que ocorre com o capital físico e com o capital econômico, não se desgasta com o seu uso. Ao contrário, os quatro autores corroboram com o argumento de Albert Hirschman que, nas palavras de D’Araújo (2003, p. 40), define capital social “como aquele que aumenta dependendo da intensidade de seu uso, no sentido de que praticar cooperação e confiança produz mais cooperação e confiança [...]”. Ou seja, o capital social é um recurso que aumenta conforme o seu uso: quanto mais um grupo utiliza seu estoque de capital social, maior se torna o estoque do mesmo dentro da rede de relações. O argumento em defesa de tal posição é bastante simples, e mesmo intuitivo, pois uma vez que o capital social é inerente à rede de relações, quanto mais relações e mais contatos os indivíduos mantêm entre si, maior a densidade dessa rede social e, portanto, maior a densidade e o volume de capital social.

Para Bourdieu, a reprodução do capital social pressupõe uma incessante relação entre os membros do grupo, para constante afirmação e reafirmação dos vínculos entre si. Entretanto, como já apontamos anteriormente, a manutenção desses vínculos implica gasto de tempo e de energia, sendo estes alguns dos fatores que tornam a “lucratividade” de acumulação, manutenção e reprodução de capital social proporcional ao tamanho do capital econômico (Bourdieu, 1999, p. 17).

James Coleman traz diferentes elementos relacionados com a criação, manutenção e, também, destruição do capital social. Para esse autor, *network closure*, ou “fechamento”/densidade de uma rede, é um importante gerador de capital social, uma vez que cria e aumenta as relações e contatos no interior do grupo, levando a um progressivo adensamento das relações intragrupais. Sistemas fechados levariam, portanto, a espirais de confiança. Contudo, cabe ressaltar que essas espirais atuam tanto no sentido de expansão quanto no de contração da confiança interpessoal.¹⁶ Outro fator de destaque

é a estabilidade da estrutura de relações, da qual dependem todas as “formas de capital social” – com exceção das derivadas de organizações formais com estrutura baseada em posições. Desse modo, disrupções de relações sociais ou da organização social se mostram nocivas à manutenção do capital social. O papel das ideologias também é levantado por Coleman, uma vez que elas podem impor ao indivíduo que aja em prol de interesses que não lhes são próprios. Todavia, ideologias de auto-suficiência podem atuar em sentido contrário, estimulando atitudes mais individualistas, auto-interessadas, e menos cooperativas.¹⁷ Outro ponto passível de afetar de forma negativa o capital social é a afluência que torna os indivíduos menos dependentes um do outro, dificultando ou impedindo a renovação do capital social (Coleman, 1990, pp. 318-21). Segundo Portes (1998, p. 6), a grande contribuição de Coleman para a discussão da manutenção do capital social é a noção de “*closure*”, que significa a existência de suficientes laços entre certo número de indivíduos, garantindo assim a observância das normas.

A contribuição de Lin a esse respeito é mais pontual: capital social são recursos incrustados numa rede de relações através das quais tais recursos são acessados; esse acesso demanda investimento *intencional* nessas relações; a manutenção, reprodução ou deterioração do estoque de capital social de cada um depende da intencionalidade do indivíduo de se dedicar ou não ao adensamento e/ou ampliação de sua rede de contatos. Não havendo investimento de tempo e recursos no cultivo de relações sociais, sua rede tenderá a se deteriorar (Lin, 2001a, 2001b).

Considerações Finais

Este artigo fez uma revisão da contribuição de autores que apresentam definições influentes e frequentes – mesmo que muitas vezes díspares, como tentamos demonstrar – do conceito

de capital social. Considerando os objetivos deste artigo, não cogitamos avançar o debate, nem chegar a uma proposição de “unificação” dos diversos significados. Entretanto, como apontamos na última seção do texto, parece ser possível a identificação de uma dimensão comum às diversas definições do termo. Tratar-se-ia de sua ancoragem na *idéia de mobilização de redes sociais como recurso para a realização de ações*.

Tentativas futuras de redefinição do conceito também não deveriam desconsiderar o apontamento de diversos autores e comentaristas na direção de uma neutralidade moral do capital social, como em Coleman (1990) e Paxton (2002), tornando-o independente de uma base normativa como recurso dotado de valor positivo eminente. Tal apropriação valorativamente neutra do conceito desautorizaria, portanto, associações entre a existência de capital social e ações cujo resultado seja considerado socialmente positivo. Os resultados obtidos dependem dos objetivos e intenções de indivíduos e grupos que mobilizam tal recurso.

Diante dos múltiplos significados imputados ao termo e das inúmeras comparações e equivalências ao qual ele é submetido, a pertinência da “sobrevivência” e da continuidade da utilização do conceito de capital social parece apontar para a necessidade de maior refinamento e definição de um significado específico para o termo. Sem isso, o capital social se reduziria a um termo intercambiável com vários outros, o que dificultaria sua compreensão – uma vez que comportaria os mais diversos significados – e, em último caso, o tornaria dispensável, uma vez que não traria novos ganhos analíticos.

A aposta na validade e pertinência para análises sociológicas e políticas do conceito de capital social passaria por uma redefinição e maior precisão de seu significado. Se, de fato, às diferentes abordagens subjaz um sentido comum, como parece demonstrar a discussão realizada acima, talvez tenhamos algumas pistas a serem seguidas nessa direção.

Notas

- 1 Devido à extensão e à intenção desta resenha, não nos aprofundaremos no debate sobre o conceito de capital social na obra de Putnam. Ressaltamos, todavia, que esse autor vem desenvolvendo, em outro artigo, discussão mais minuciosa acerca do tema (Fialho, s. d.).
- 2 “O capital é trabalho acumulado (em sua forma materializada ou em sua forma ‘incorporada’), que, quando é apropriado de forma privada, i.e., exclusiva, por um agente ou grupo de agentes, os capacita a se apropriarem da energia social na forma de trabalho vivo ou reificado” (Bourdieu, 1999, p. 1).
- 3 O debate em torno do conceito de confiança é, em si mesmo, extenso e complexo o suficiente para comportar discussão e texto específicos, não cabendo nos limites desta revisão sobre capital social. Diferentes abordagens do tema encontram-se em Coleman (1990, pp. 91-116, 175-96), Gambetta (2000), Bateson (2000), Hardin (2002) e Reis (2003).
- 4 Notamos, aqui, uma aproximação com a teoria da troca-dom de Marcel Mauss (1974 [1926]), no que diz respeito a uma prestação de serviço no presente aguardando um retorno equivalente ou maior no futuro.
- 5 Nota-se, nessa colocação de Bourdieu, forte influência da escola sociológica francesa, sobretudo do conceito de densidade moral (Durkheim, 1999 [1894]), e, novamente, da teoria do dom (Mauss, 1974).
- 6 Como nos aponta Alejandro Portes (1998, p. 3), um dos principais comentadores das teorias sobre capital social, Bourdieu faz um tratamento instrumental do capital social, que visa o beneficiamento individual, e que é obtido devido ao pertencimento a grupos e à construção deliberada de sociabilidade com o propósito de criar esse recurso.
- 7 Desse modo, capital pode ser tomado como o análogo sociológico do conceito físico de energia: capacidade de realizar trabalho, conversível em várias formas. Sou grato a Bruno Reis por esta observação.
- 8 Ambos os conceitos surgem, quase simultaneamente, no início da década de 1980. As datas de publicação dos textos de Bourdieu e Lin indicam que o conceito do autor francês aparece com antecedência de aproximadamente um ano. Entretanto, se considerarmos os prazos com que alguns periódicos trabalham, talvez seja fictícia essa diferença. Podemos supor que, quando o termo de Bourdieu apareceu pela primeira vez, em 1980, na revista francesa *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, os textos de Lin, publicados em 1981 nas revistas norte-americanas *Social Forces* e *American Sociological Review*, poderiam já estar escritos, encontrando-se em processo de editoração e publicação. Esta nota intenta, apenas, apontar a dificuldade de atribuirmos uma precedência temporal de um conceito em relação ao outro, parecendo-nos mais adequado assumir a simultaneidade de ocorrência dos mesmos.
- 9 Uma definição mais precisa de *social resources* será apresentada quando tratarmos da contribuição de Nan Lin.
- 10 Utilizamos “forma” entre aspas ao discutirmos a abordagem de Coleman por não aderirmos inteiramente à idéia de diferentes “formas” de capital social, como faz esse autor. Optamos pela

utilização do termo para nos mantermos o mais fiel possível às idéias desse autor. Entretanto, acreditamos que possa fazer mais sentido pensar não em *formas* diversas de capital social (pois, como apontamos na conclusão desse artigo, trata-se sempre da mobilização de redes sociais), mas em diferentes *fontes* desse recurso.

- 11 Para Portes (1998, p. 6), um tratamento sistemático do conceito deve distinguir: (1) os detentores do capital social, que fazem as requisições (ou seja, os indivíduos que têm a capacidade de acessar os recursos disponíveis na rede); (2) as fontes de capital social, que são aqueles que as apóiam; (3) os recursos propriamente ditos. Segundo Portes, esses três pontos muitas vezes aparecem misturados em discussões do conceito que seguem as proposições de Coleman. Lin também parece fazer uma aproximação entre o conceito de capital social e o de *social resources*, como veremos.
- 12 Uma *ação instrumental* visa obter recursos não-possuídos, sendo eles possíveis retornos sociais (como reputação), econômicos e políticos. As trocas não são simétricas: o “doador” espera criar um débito. Este débito deve ser reconhecido pelo “recedor” publicamente; o reconhecimento público espalhará a reputação do “doador”; quanto maior o débito, a rede, e a necessidade de ambos se relacionarem, maior a propensão da reputação do “doador” se espalhar; e ele ganhará reputação, juntamente com acesso às outras formas de recurso. Uma *ação expressiva* visa consolidar a posse de recursos e evitar possíveis perdas. Trata-se de mobilizar indivíduos com interesses partilhados e recursos similares para que os recursos partilhados pela rede sejam preservados. Os indivíduos partilham seus recursos porque a preservação do ego reforça e realça a legitimidade deles para acessar tais recursos (Lin, 2001b, p. 19).
- 13 Para crítica metodológica do trabalho de Putnam, ver Morlino (1995) e Jackman e Miller (1998).
- 14 Embora a Itália se constitua como um Estado unitário, e não uma federação, na década de 1970 foi iniciado um projeto de descentralização administrativa. O Estado italiano fora dividido em vinte regiões administrativas dotadas de relativa autonomia em relação ao governo central, sendo outorgada a cada uma delas a mesma estrutura político-administrativa.
- 15 Para crítica mais detalhada sobre o conceito de capital social em Putnam, bem como da discussão realizada na seção seguinte, ver Fialho (s. d.).
- 16 Certamente, o ponto de partida para Putnam (2002) pensar a respeito dos “círculos virtuosos” e “círculos viciosos” de confiança.
- 17 Como também aponta Putnam (2002). Para uma exploração das idéias deste autor, ver Reis (2003).

Bibliografia

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (1963), *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, Princeton University Press.

BATESON, Patrick (2000 [1988]), “The biological evolution of cooperation and trust”, in D. Gambetta (ed.), *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford, Department of

- Sociology, University of Oxford, pp. 14-30. Disponível em: <<http://www.sociology.ox.ac.uk/papers/trustbook.html>>.
- BOIX, Carles; POSNER, Daniel N. (1998), "Social capital: explaining its origins and effects on government performance". *British Journal of Democracy*, 28, 4: 686-93.
- BOSCHI, Renato Raul (1999), "Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador". *Dados*, 42, 4: 655-90.
- BOURDIEU, Pierre (1980), "Le capital social". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31: 2-3.
- _____. (1983), "Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapital", in R. Kreckel (ed.), *Soziale Ungleichheiten*, Goettingen, Otto Schartz & Co. (Soziale Welt, Sonderheft, 2). pp. 183-98.
- _____. (1999), *Las formas de capital*. Lima, Piedra Azul. [Tradução de Bourdieu (1983)].
- COLEMAN, James S. (1988), "Social capital in the creation of human capital". *American Journal of Sociology*, 94, Supplement: S95-S120.
- _____. (1990), *Foundations of social theory*. Cambridge, Harvard University Press.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. (2003), *Capital social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- DASGUPTA, Partha; SERAGELDIN, Ismail (eds.) (1999), *Social capital: a multifaceted perspective*. Washington, DC, World Bank.
- DIAS Jr., Cláudio Santiago (2001), *Capital social e violência: uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- DURKHEIM, Émile (1999 [1894]), *Da divisão do trabalho social*. Santos, SP, Martins Fontes.
- FIALHO, Fabrício M. (s. d.), "Considerações sobre o conceito de 'capital social' em *Comunidade e democracia*" (manuscrito).
- FOLEY, Michael. W.; EDWARDS, Bob & DIANI, Mario (2001), "Social capital reconsidered", in B. Edwards; B. Foley; M. Diani (eds.), *Beyond Tocqueville: civil society and the social capital debate in comparative perspective*. Hanover, NH, University Press of New England. pp. 266-80.
- GAMBETTA, Diego (2000 [1988]), "Can we trust trust?", in D. Gambetta (ed.), *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford, Department of Sociology, University of Oxford, pp. 14-30. Disponível em: <<http://www.sociology.ox.ac.uk/papers/trustbook.html>>.
- GRANOVETTER, Mark S. (1973), "The strength of weak ties". *American Journal of Sociology*, 78: 1360-80.
- _____. (1985), "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, 3: 481-510.

- HARDIN, Russell (2002), *Trust & trustworthiness*. New York, Russell Sage Foundation.
- HELLIWELL, John F. (1996), *Economic growth and social capital in Asia*. Cambridge, National Bureau of Economic Research (NBER Working Paper, 5.470).
- JACKMAN, Robert W.; MILLER, Ross A. (1998), "Social capital and politics". *Annual Review of Political Science*, 1: 47-73.
- KARNER, Tracy X. (2000), "Social capital", in E. F. Borgatta; R. J. V. Montgomery (eds.), *Encyclopedia of Sociology*, v. 4. New York, Macmillan. pp. 2637-41.
- KNOWLES, Stephen (2002), *Does social capital affect foreign aid allocations?* Nottingham, Center for Research in Economic Development and International Trade, University of Nottingham.
- LIN, Nan (1999), "Social networks and status attainment". *Annual Review of Sociology*, 25: 467-87.
- _____. (2001a), *Social capital: a theory of social structure and action*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2001b), "Building a network theory of social capital", in N. Lin; K. Cook; R. S. Burt (eds.), *Social capital: theory and research*, New York, Aldine de Gruyter. pp. 3-29.
- LIN, Nan; VAUGHN, John C.; ENSEL, Walter M. (1981), "Social resources and occupational status attainment". *Social Forces*, 59, 4: 1163-81.
- MAUSS, Marcel (1974 [1926]), "Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas". *Sociologia e Antropologia*, v. II. São Paulo, EPU/ Edusp. pp. 37-184.
- MORLINO, Leonardo. (1995), "Italy's civic divide – Review of making democracy work: civic traditions in modern Italy, by Robert D. Putnam". *Journal of Democracy*, 6, 1: 173-7.
- PAXTON, Pamela (2002), "Social capital and democracy: an interdependent relationship". *American Sociological Review*, 67: 754-78.
- PORTES, Alejandro (1998), "Social capital: its origins and applications in modern Sociology". *Annual Review of Sociology*, 24: 1-24.
- PORTES, Alejandro; LANDOLT, Patricia (1996), "The downside of social capital". *American Prospect*, 26: 18-21.
- PORTES, Alejandro; SENSENBRENNER, Julia (1993), "Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action". *American Journal of Sociology*, 98, 6: 1320-50.
- PRATES, Antônio Augusto P. (1997), "Resenha – Making democracy work. Civic traditions in modern Italy". *Teoria & Sociedade*, 1: 193-201.
- _____. (2001), *Capital social e cultura cívica: seus efeitos sobre indicadores de qualidade de vida*. Belo Horizonte (Projeto de pesquisa não publicado).
- PUTNAM, Robert D. (2000), *Bowling alone: the collapse and the revival of American community*. New York, Simon & Schuster.

PUTNAM, Robert D.. (2002 [1993]), *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro, FGV.

REIS, Bruno P. W. (2003), "Capital social e confiança: questões de teoria e método". *Revista de Sociologia e Política*, 21: 35-49.

WOOLCOCK, Michael. (1998), "Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework". *Theory and Society*, 27: 151-208.

Artigo recebido em abril/2007

Aprovado em abril/2008

Resumo

As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social

O conceito de capital social tem sido alvo das mais diversas definições, muitas delas contrastantes. Este artigo pretende revisar algumas contribuições a este debate, como as propostas por três importantes autores: James Coleman, Pierre Bourdieu e Nan Lin. Embora concordem com a idéia de que capital social é um recurso baseado na mobilização de redes sociais, esses autores têm opiniões divergentes no que diz respeito à alocação e à constituição do recurso. Após a apresentação do argumento principal de cada um deles, discute-se a neutralidade moral do capital social, seus mecanismos de reprodução, bem como a apropriação do conceito na obra de Robert Putnam e a crítica de alguns comentaristas a tal abordagem. Por fim, são levantadas algumas possibilidades de uma definição unificada de capital social.

Palavras-chave: Capital Social; Redes; Confiança; Recursos; Teoria Social.

Abstract

The Multiple Definitions of Social Capital

The concept of social capital has been defined in various ways. These definitions are not only numerous and distinct but, in some cases, opposite and incompatible. This article aims at revising the contributions of three leading authors in this discussion: James Coleman, Pierre Bourdieu, and Nan Lin. In spite of their agreement with the idea of social capital as a resource based on mobilization of social networks, they support divergent perspectives concerning the constitution and allocation of such kind of capital. After exploring these authors' major arguments, we also discuss the moral neutrality of social capital, its mechanisms of reproduction, and its use in Robert Putnam's work, and review a set of critiques toward his approach. Concluding, we point out some possibilities toward a unified definition of social capital.

Keywords: Social Capital; Networks; Trust; Resources; Social Theory.

Résumé

Les multiples définitions du concept de capital social

Le concept de capital social a été l'objet des plus diverses définitions, plusieurs d'entre elles contrastantes. Cet article a pour but de réviser certaines des contributions à ce débat, comme celles proposées par trois importants auteurs: James Coleman, Pierre Bourdieu et Nan Lin. Bien que d'accord sur l'idée que le capital social est une ressource basée sur la mobilisation des réseaux sociaux, ces auteurs ont des opinions divergentes en ce qui concerne l'allocation et la constitution de cette ressource. Après la présentation de leurs principaux arguments, l'article aborde la neutralité morale du capital social, ses mécanismes de reproduction ainsi que l'appropriation du concept dans l'œuvre de Robert Putnam et la critique de quelques commentateurs à son abordage. Finalement, certaines possibilités pour une définition unifiée de capital social sont proposées.

Mots-clés: Capital social; Réseau; Confiance; Ressources; Théorie sociale.